

**RASTROS DO COTIDIANO:
EDIÇÃO DE PORTARIAS
DA CÂMARA DA CIDADE DO SALVADOR
E ANÁLISE DISCURSIVA**

Gilberto Nazareno Telles Sobral (UNEB)
gsobral@uneb.br

1. Introdução

Em 29 de março de 2012, a cidade do Salvador completou 463 anos de fundação, cujo objetivo era ser uma cidade-fortaleza, exercendo um papel estratégico na defesa e expansão do domínio lusitano entre os séculos XVI e XVIII. Primeira capital do Brasil, em todos esses anos, tem vivenciado tempos de glória e de declínio. Como toda grande cidade, muitos são os problemas no cotidiano da população, o que demanda uma grande atuação do poder público. No período colonial, cabia às câmaras municipais a administração das cidades e, em virtude disto, são responsáveis pela produção de uma vasta documentação que materializa as mais diversas situações na relação entre a administração municipal e a população. Com este trabalho, apresentamos a edição de provisões da Câmara Municipal de Salvador, no período colonial, e uma análise discursiva, a partir, respectivamente, dos pressupostos teóricos da crítica textual e da análise do discurso de linha francesa. Tais estudos permitem a preservação de um importante acervo, bem como conhecer as relações sociais, que se materializam e se manifestam na linguagem.

2. A edição dos manuscritos

No mundo contemporâneo, tem sido cada vez maior o interesse pela busca, no passado, de elementos que expliquem o desenvolvimento de uma sociedade. Assim têm sido os nossos estudos, objetivando conhecer o passado da cidade do Salvador, a partir de ações dos seus administradores, pois acreditamos que a história é uma teia, que também se tece com fatos cotidianos, os quais, muitas vezes, são desconsiderados no referido processo. Neste trabalho, editaram-se cinco portarias do Senado da Câmara da Cidade do Salvador, trasladadas no *Livro de Portarias da Câmara*, tomo nº 116.6, cujos registros compreendem o período de 1817 a 1831, o qual compõe o acervo do Arquivo Histórico Municipal da Cidade do Salvador.

Segundo Belloto (2002, p. 37), portaria é o “documento diplomático dispositivo de correspondência, descendente”. Todos os documentos apresentam uma mesma estrutura: o protocolo – parte inicial do documento, no qual os camaristas indicavam o assunto a ser tratado. Em seguida tem-se o texto com a exposição do que estava sendo determinado. Concluindo o documento, há o escatocolo, composto pela indicação do local em que o documento foi produzido, da datação e assinaturas.

Na transcrição, foram adotados os seguintes critérios:

1. Reproduziu-se com fidelidade o texto (grafia, pontuação, acentuação etc.).
2. Indicou-se o número dos fólhos, à margem direita.
3. Desdobraram-se as abreviaturas com o auxílio de parênteses ().
4. Indicaram-se as rasuras ilegíveis com auxílio de colchetes e de reticências [...].
5. O sinal indicador de nasalização foi representado pelo til (~).

2.1. A transcrição dos manuscritos

F. 38v

Reg(istr)o da Port(ari)a do Sen(a)do ao
Adm(i)n(nistra)or dos Curr(a)es p(ar)a fazer
recolher ao Cofre do Conc(elh)o
o produto das Carnes, q(ue) tem
tomado, como ab(ai)xo verás.

O Admin(istrad)or dos Curr(a)es do Conc(elh)o Antonio
de Ar(auj)o Santos faça recolher ao Cofre
do m(es)mo o produto dos 5 quartos de

F. 38r

Carne acurados na sua parti
cipaçãõ de 13 corr(ent)e bem co=
mo todo o mais d(inhei)ro q(ue) se a-
char em seo poder de outras

D(out)or [rubrica]

sim(pl)es tomadias, e coimas²³⁷ de=
clarando especificadam(ent)e cada
huma dellas aq(ue) pertencem.
B(ahi)a em Cam(ar)a 13 de Maio de 1820.
J(oaqui)m Antonio de Ataide Seixas
fez [...] Silva = Silva = Maia

Reg(istr)o da Port(ari)a do Sen(a)do
ao Ped(rei)ro dom(es)mo p(ar)a q(ue) fa=
ça tirar as pedras q(ue)
estao no despenhadei=
ro p(o)r detraz do muro
da Lad(ei)ra da Mizericor=
dia como ab(ai)xo veras

O Mestre Ped(rei)ro do Conc(elh)o Gon(çal)o Lo=
pes Perdigaõ faça tirar do des=
penhadeiro q(ue) fica p(o)r detraz do
muro da Lad(ei)ra da Mizericor=
dia junto as Cazas da Mizeri=
cordia todas as pedras, q(ue) estiverem
soltas, e fragmentos de paredes,
q(ue) naquelle lugar estejaõ imi=
nentes a despenhar, e to=
mando todas as cautellas

F. 39r

Necessárias afim dq(ue) não dê=
penhe pela ribanceira evá
ofender as mais propried(ad)es
oq(ue) cumpra. B(ahi)a 13
de Maio de 1820 J(oaqui)m Ant(oni)o de Ata
ide Seixas fez [...]Silva =
Silva = Maia.

Reg(istr)o da Port(ari)a do Sen(a)do ao
Ped(rei)ro e Carpina dom(es)mo
p(ar)a q(ue) desmanchem a
caza dos herd(ei)ros de M(ano)el
Roiz de D(eu)s Cirq(uei)ra como
ab(ai)xo verás.

Os Mestres Ped(rei)ro e Carpina des-
te Senado Gon(çal)o Lopes Perdigaõ
e J(os)e F(e)rr(ei)a Feis, procedaõ sem
perda de tempo ao desmancho

²³⁷ Multa imposta principalmente ao dono de animais que pastam, sem autorização, em propriedade alheia

da Caza pertencente aos Her=
d(eir)os de Manoel Roiz de D(eu)s Cer=
q(ueir)a cituada na montanha
p(o)r detraz da relação toman=
do todas as medidas, e cautel=
lãs necessárias p(ar)a q(ue) senão des=
penhe algum pedaço dosma=
teriais da m(es)ma Caza, q(ue) cau=
za algum prejuízo as Pro=
pried(ad)es e moradores que

F. 40 r

ficação cituados na falda²³⁸ das
montanhas, facão transpor=
tar todo o material do re=
ferido desmancho p(ar)a fora
daquelle lugar aproporção
do desmancho recolhendo oq(ue)
tiver valor p(ar)a o armazém
do Senado, e o mais p(ar)a o in=
tulho do Cais de Santa Bar=
bara oq(ue) cumpraõ. B(ahi)a em Cam(ar)a
13 de Maio de 1820 // P(o)r Antonio
de Ataíde Seixas fiz escr(eve)r
Silva // Silva // Maia.

Reg(istr)o da port(ari)a do Sen(ad)o
ao Superintendente da
Feira p(ar)a prender a q(ue)m
for acima dafeira
comprar Gados como
ab(ai)xo verás.

O Superintendente da Feira
Bernardo Franc(is)co de Cirqueira
faça prender todas as pessoas,
q(ue) passarem alem da Feira p(ar)a
comprarem Gados, e virem re=
vender na m(es)ma Feira, e os
remeta p(ar)a as cadeias desta
Senado digo Cadeias desta

²³⁸ Parte inferior das montanhas

a ordem deste Senado, ficando
na inteligência, que o Alva=
vá cocedido a Sebastião J(ose)
Roiz da Freguiz(i)a de Piraja, e
Paripe não o auctoriza p(ar)a
comprar gados fora da Feira
devendo om(es)mo Adm(i)n(istrad)or cumprir
inteiram oq(ue) se determi=
nado no Edital de 8 de Ag(os)to de
1812 o q(ue) cumpra. B(ahi)a em Cam(ar)a
20 de Maio 1820. J(oaqui)m Ant(oni)o de
Ataide Seixas fez esc(reve)r Silva //
Silva // Maia

Reg(istr)o do Adm(i)n(istrad)or dos Curr(a)es
digo Reg(istr)o da Port(ari)a ao
Adm(inistrad)or dos Curr(a)es p(ar)a q(ue)
faça matar o Gado
de João Pinhero da
Matta p(o)r 1280 r(ei)s, vis=
to a magneza dod(it)o

Constando a este Sen(a)do q(ue) os
24 Bois de Joaõ pinh(ei)ro são de
pessima qualid(ad)e enaõ tendo
este comparecido p(ar)a dar preço
a elles, como he indispença=
velm(ent)e s(er)v(iç)o na f(ei)ra da Port(a)r(i)a
deste Senado. Determina =

mos ao Admin(istrad)or dos Curr(a)es q(ue) os
faça talhar ao Povo nos 4
t(alh)os q(ue) lhe vão designados pelo
preço de 1280 r(ei)s a(o) a(nn)o e no ca=
zo de não estarem pela sua
magneza capazes nem p(ar)a es=
se preço, avizará ao Almo=
tacé p(ar)a delle tomar as provi=
dencias e outro sem lhe deter=
minamos q(ue) deverá prover a
faculd(ad)e do Talho da Victoria
com dez Bois unicam(ent)e fazendo
ao m(es)mo tempo matar os 20 q(ue)
ficação p(ar)a serem distribuidos
pelos s(enhores) da repartiçãõ geral, at=
tinha a falta de Gado q(ue) mos=
tra o mappa q(ue) nos foi reme=

D(out)or Jourdani
[rubrica]

tido ea data de hoje B(ahi)a em
Cam(ar)a 20 de Maio 1820// J(oaqui)m
Antonio de Ataide Seixa fiz
escr(ev)er Silva// Silva // Maia

F. 76 v

Reg(istr)o do Edital do Senado
emq(ue) publica a vacância
dos empregos de Thez(oureira) do
Senado e Pregoeiro dom(es)mo
como ab(ai)xo verás.

O D(out)or Juiz de Fora, Ver(ead)or e Proc(urad)or do
Senado da Cam(ar)a desta Cid(ad)e da B(ahi)a [...]
[...]. Fazemos saber, q(ue) p(or) falecimen=
to do Thez(oureira) do Sen(a)do Franc(is)co Per(eira) Al(vare)z se
acha vago od(it)o emprego, e toda a pes=
sôa q(ue) o pertender compareça nos Pa=
ços do Concelho com os precisos docum(em)tos
p(ar)a se lhe deferir bem como o de Prego=
eiro do m(es)mo Conc(elh)o
igualm(em)te se acha

F. 77r

vago
p(or) falecim(em)to do q(ue) o exercia Gonçallo D(out)or Jourdani
de Ar(auj)o Campello. E(s)p(er)a q(ue) chegue a noti- [rubrica]
cia de todos o Port(eir)o do Conc(elho) depois de o
apregoar o prez(ent)e edital p(or) toda a Cid(ad)e
alta, e baixa o afixara na f(ei)ra do est(ad)o
passando certidão ao pe de outro, q(ue) se
lhe da do m(es)mo theor se assim o haver
executado, e se seg(ue). B(ahi)a C(amar)a 21 de ju=
lho de 1823, Joaq(ui)m Antonio de Atai=
de Seixas Escr(iv)am do Sen(ad)o o escrevi digo
escr(iv)am do Sen(ad)o, o subscrevi // Luiz Paulo
de Ar(auj)o Bastos // Manoel Ign(ac)io da Cu=
nha e Ver(eador)es Joaõ Joze de Freitas //
Franc(isc)o Antonio de Souza Uzel // Franc(isc)o
Joze Lisboa.

Reg(istr)o do edital do Sen(ad)o emq(eu)
faz publico q(ue) se esta defferin=
do nos paços do Conc(elh)o Juram(em)to
de fedelid(ad)e e obediência ao Im
perador Constitucional. [...] como
ab(ai)xo verás

O D(out)or Juiz de Fora, Ver(eador)es e Poc(urad)or do Sen(ad)o daCam(ar)a desta Cid(ad)e daB(ahi)a eseo (...) fazemos saber q(ue) nos Paços do Conc(elho) des= ta Cid(ad)e se esta deferindo juramento de Fedilid(ad)e e obediência ao Imperador constitucional o senhor D(om) Pedro Pri-

F. 77 v

meiro, Defençor Perpetuo do império do Brasil, e a sua Augusta Dynastia, á Constituiçãõ do Imperio, e ao governo Provisorio desta Provincia afim deq(ue) todos os Cidadãõs dequalquer classe compare= çãõ nos paços do m(es)mo Conc(elho) a prestar o referido juramento p(ar)a oque a Camara fará sessãõ diariam(em)te, ate o dia ultimo deste mez, desde a nove horas da manhã ate as duas da tarde dos dias, q(ue) não fo= rem sanctos, e continuará depoes nos di= as de suas sessões ordinárias. Esp(er)a q(ue) che= gue a noticia de todos o Porteiro do Conce= lho depoes de apregoar o prez(ent)e Edital p(o)r toda esta Cid(ad)e alta, e baixa o o affi= ra na forma do estilo, e se seg(u)e. B(ahi)a em Cam(ar)a 18 de Julho de 1823 // Joaq(ui)m Ant(oni)o de Attaide Seixas Escr(iv)am doSen(ad)o ofez escr(eve)r Luiz Paulo de Ar(auj)o Bastos // Manoel Ign(ac)io da Cunha e Menezes // Joaõ Joze de Freitas // Franc(isc)o Antonio de Souza Uzel // Franc(cisc)o Joze Lisbõa

3. *Rastros do cotidiano e análise discursiva*

A partir dos textos editados, é possível recuperar alguns rastros do cotidiano do povo soteropolitano, considerando algumas ações dos seus administradores, os homens-bons.

Em portaria de 13 de maio de 1820, percebe-se a difícil relação entre comerciantes e a Câmara, no caso a venda de carne. Outras duas portarias da mesma data revelam o perigo vivido por uma cidade, cujas condições geográficas facilitavam alguns deslizamentos em áreas de encostas.

Duas portarias revelam a prática de compra e venda ilegal de carne, pela comercialização em local proibido – fora da feira –, o que facilitava

tava a sonegação do que deveria ser arrecadado pela Câmara, ou mesmo pela baixa qualidade do gado abatido.

Já uma portaria datada de 21 de maio de 1820 demonstra como se dava o preenchimento de cargos do Senado, principalmente em relação à maneira como se divulgava a existência de cargos públicos vagos.

Por fim, uma portaria de 18 de junho de 1820 testemunha o comportamento de fidelidade entre os camaristas e o imperador.

Mesmo pertencendo os referidos textos a um gênero textual – edital -, cujo formato não apresenta variações significativas, verifica-se que algumas imagens distintas são construídas dos sujeitos destes discursos, as quais, de certa forma, concorrem positivamente para a relação entre os administradores da cidade do Salvador e o povo sotero-politano.

A seguir, será apresentada uma análise da construção das imagens dos camaristas, a partir do duplo deslocamento à noção de *ethos* proposto por Maingueneau para a análise do discurso, a saber: o orador não mais define o tom do discurso em função dos efeitos que pretendia produzir em seu auditório, como na retórica antiga, já que este não mais possui o controle de seu discurso, uma vez que o tom é produzido pela formação discursiva em que está inserido; além disso, a noção de *ethos* passa a ser aplicada também ao texto escrito, não apenas ao texto oral, como na retórica antiga. Segundo Maingueneau (2002, p. 98),

o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do corpo do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de *fiador* do que é dito.

Ainda acerca da noção de *ethos*, Maingueneau (2008, p.17) destaca que se trata de “uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala”. Além disso, “é fundamentalmente um processo interativo de *influência* sobre o outro” e se caracteriza como “uma noção fundamentalmente híbrida (sociodiscursiva)”.

Na perspectiva da análise do discurso, o *ethos* é um conjunto de atributos de um orador que pode ser associado à singularidade de uma pessoa ou de uma coletividade, daí o *ethos* individual e o *ethos* coletivo, ele aparece em qualquer troca verbal. Maingueneau desenvolve a noção de *ethos* articulada à de cena de enunciação, a qual, segundo o autor (2002, p. 87), “não é simplesmente um quadro, um cenário, como se o

discurso aparecesse inesperadamente no interior de um espaço já construído e independente dele: é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala”.

A cena da enunciação é composta por três cenas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. Segundo Maingueneau (2005, p. 75),

A cena englobante corresponde ao tipo de discurso; ela confere ao discurso seu estatuto pragmático: literário, religioso, filosófico... A cena genérica é a do contrato associado a um gênero, a uma instituição discursiva: o editorial, o sermão, o guia turístico, a visita médica... Quanto à cenografia, ela não é imposta pelo gênero, ela é construída pelo próprio texto: um sermão pode ser enunciado por meio de uma cenografia professoral, profética etc.

Na cena enunciativa em análise, a cena englobante, que corresponde ao tipo de discurso, é o discurso político-administrativo e a cena genérica é o edital. A cenografia é construída pelo próprio texto.

A seguir, apresentar-se-ão algumas imagens construídas dos camaristas a partir das materialidades linguísticas que compõem o *corpus* deste trabalho. Observa-se, inicialmente, que o *ethos* discursivo é estritamente relacionado aos estereótipos presentes na memória coletiva de uma dada sociedade. Nas cenas analisadas, manifesta-se a imagem de um fiador ligada ao estereótipo do administrador público.

Sendo o *ethos* uma construção sociodiscursiva, observa-se um *ethos* de autoridade, construído a partir de formas verbais como, por exemplo, *faça* e *procedaõ*, as quais conferem um tom de seriedade às cenas enunciativas, como pode ser verificado em:

O Admin(istrad)or dos Curr(a)es do Conc(elh)o Antonio de Ar(auj)o Santos faça recolher ao Cofre do m(es)mo o produto dos 5 quartos de Carne *acurados* na sua participação de 13 corr(ent)e bem como todo o mais d(inhei)ro q(ue) se achar em seo poder (...) (CÂMARA, 1820).

O Mestre Ped(rei)ro do Conc(elh)o *Gon(çal)lo* Lopes Perdigaõ faça tirar do despensadeiro q(ue) fica p(o)r detraz do muro da Lad(ei)Ra da Mizericordia junto as Cazas da Mizericordia todas as pedras, q(ue) estiverem soltas, e fragmentos de paredes (CÂMARA, 1820).

Os Mestres Ped(rei)ro e Carpina deste Senado *Gon(çal)lo* Lopes Perdigaõ e J(os) F(e)rr(ei)a *Feis*, procedaõ sem perda de tempo ao desmancho da Caza pertencente aos Herd(eir)os de Manoel Roiz de D(eu)s Cerq(ueir)a (CÂMARA, 1820).

Em outra cena enunciativa, percebe-se um *ethos* de austeridade, condizente com a posição ocupada pelos camaristas, que demandava respeito por parte da população em geral:

O Superintendente da Feira Bernardo Franc(is)co de Cirqueira faça prender todas as pessoas, q(ue) passarem alem da Feira p(ar)a comprarem Gados, e virem revender na m(es)ma Feira, e os remeta p(ar)a as cadeias desta Senado (CÂMARA, 1820).

As análises até aqui apresentadas ilustram o *ethos* mostrado, isto é, construído discursivamente. Em outra cena, porém, observa-se o *ethos* dito, uma vez que o próprio locutor declara-se fiel e obediente, como pode se observar a seguir:

O D(out)or Juiz de Fora, Ver(eador)es e Poc(urad)or do Sen(ad)o da-Cam(ar)a desta Cid(ad)e daB(ahi)a eseo (...) fazemos saber q(ue) nos Paços do Conc(elh)o desta Cid(ad)e se esta deferindo juramento de Fedilid(ad)e e obediência ao Imperador constitucional o senhor D(om) Pedro Primeiro... (CÂMARA, 1820).

4. *Considerações finais*

A edição dos documentos apresentados neste trabalho possibilitou reconstruir alguns eventos constitutivos da história e, portanto, determinantes da identidade do povo soteropolitano, os quais também permitiram conhecer alguns *ethé* dos administradores da Cidade, no período em questão, que, certamente, eram fundamentais em outras situações que demandavam credibilidade junto à população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.